

Contrato Nº 000174/2024-0	TR 144927
---------------------------	-----------

PROJETO BRA\18\016

Antecedentes

Na Política de Defesa da Concorrência, ou Política Antitruste, há uma profunda interação entre a Economia e o Direito. Todo o arcabouço legal para a aplicação da Política Antitruste se fundamenta no reconhecimento do princípio econômico de que o regime de Livre Concorrência possibilita maior eficiência econômica no aproveitamento dos recursos, resultando em maior quantidade ofertada, menores preços, maior qualidade e mais inovação na produção de bens e serviços.

A atuação do CADE incide diretamente sobre a estrutura econômica dos mercados, bem como sobre as condutas dos seus agentes, visando prevenir a formação de condições estruturais que facilitem condutas anticompetitivas, coibir comportamentos abusivos dos agentes do mercado e promover a cultura da livre concorrência junto a outros órgãos da Administração Pública e da sociedade em geral.

O Poder Judiciário, por sua vez, pode impactar significativamente a economia do país quando decide controvérsias em questões fiscais, tributárias, trabalhistas, regulatórias, comerciais, ambientais e, inclusive, concorrenciais, considerando que a possibilidade de revisão das decisões do CADE proferidas no âmbito administrativo pode ocorrer justamente pela via judicial.Reconhecendo essa realidade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram, em 03 de abril de 2024, Acordo de Cooperação Técnica “com o objetivo de estabelecer uma cooperação mútua para garantir a efetividade dos princípios e objetivos estabelecidos tanto no art. 170 da Constituição, quanto no art. 1º da Lei nº 12.529/2011, trabalhando juntos na promoção de políticas e práticas que assegurem uma ordem econômica justa, competitiva e alinhada aos valores já justiça social e do desenvolvimento econômico sustentável do país” [1].

Uma etapa essencial na formulação e aplicação de políticas públicas é a avaliação dos efeitos por ela produzidos, seja pela obrigação de dar transparência aos atos da Administração Pública e prestar contas à sociedade, seja pela oportunidade de colher subsídios para o aperfeiçoamento das análises e tomadas de decisão.

Portanto, é nesse contexto de reconhecimento da relação entre Economia e Direito, dos impactos significativos que as decisões da Autoridade de Defesa da Concorrência e do Poder Judiciário sobre as estruturas de mercado e sobre os comportamento dos agentes econômicos e da importância do processo de avaliação para o aperfeiçoamento das análises e decisões dos agentes públicos que se insere este projeto de contratação de uma Consultoria Técnica para definir metodologias e realizar a avaliação de impacto de decisões do CADE e do Poder Judiciário sobre a economia brasileira.

A contratação de consultor técnico está alinhada ao Planejamento Estratégico do CADE - 2021/2024[2], especialmente aos objetivos:

- OE03 fortalecer a cultura da concorrência no Brasil;
- OE07 assegurar a qualidade das informações e fomentar a produção e institucionalização do conhecimento;
- OE10 fortalecer práticas de governança e exercer papel ativo na transformação da gestão pública.

Objetivos

A contratação de consultor destina-se a realizar estudos de avaliação de efeitos de decisões do CADE e do Poder Judiciário sobre a economia brasileira.

Espera-se que, ao final da consultoria, o CADE seja provido de conhecimentos sobre metodologias de avaliação de efeitos de suas decisões sobre o ambiente econômico, bem como, estudos que estimem tais efeitos em decisões de casos específicos.

Resultado 2	Subsídios à incorporação e disseminação de boas práticas, nacionais e internacionais, sobre formulação, implementação e avaliação da política pública de defesa da concorrência.
-------------	--

Resultado 4	Estratégias da produção de informações, dos métodos e metodologias de coleta de dados, da avaliação de fontes de informação desenvolvidas.
-------------	--

Área Responsável

Departamento de Estudos Econômicos (DEE)

Consultor Responsável

Lucas Campio Pinha

Data de início	19/08/2024
Data de término	31/12/2024

Cronograma de entregas atualizado

Produto	Descrição	Valor	Previsão de entrega	Status
1	Estudo de revisão das metodologias empregadas por jurisdições estrangeiras, organizações internacionais e pesquisadores para avaliação de efeitos econômicos produzidos por decisões da Autoridade de Defesa da Concorrência e/ou do Poder Judiciário	R\$ 14.000,00	15/08/2024	Entregue em 03/10/2024
2	Relatório sobre avaliação de efeitos de decisões da Autoridade de Defesa da Concorrência e/ou do Poder Judiciário sobre o ambiente econômico do Brasil 1	R\$ 10.000,00	15/09/2024	Entregue em 12/11/2024
3	Relatório sobre avaliação de efeitos de decisões da Autoridade de Defesa da Concorrência e/ou do Poder Judiciário sobre o ambiente econômico do Brasil 2	R\$ 10.000,00	15/10/2024	Entregue em 20/12/2024
4	Relatório final consolidado sobre análises de efeitos de decisões da Autoridade e/ou do Poder Judiciário sobre o ambiente econômico do Brasil e relatório de capacitação dos servidores sobre os efeitos das decisões, gravação de vídeo e seminário, que constem lista de presença, apresentação e conteúdos abordados	R\$ 14.000,00	01/12/2024	Entregue em 20/12/2024
Valor Total		R\$ 48.000,00		